



MÉTODOS AVALIATIVOS PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Débora Kelly Ferreira Vasconcelos, debora.kelly@upe.br

Aline Fernanda da Silva Souza, aline.fssouza@upe.br

Felipe André da Conceição Fernandes, felipe.fernandes@upe.br

Ana Maria Sotero Pereira (Orientadora), ana.sotero@upe.br

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal analisar método avaliativo e como deve ser avaliado estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Considerando seus direitos e garantias legais, consoante os artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988 e as Leis 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e 13.146/15 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Ademais, será abordado ainda, o preconceito e a falta de informação sobre o que é o Transtorno de Espectro Autista (TEA). A motivação para a escolha do tema foi a ineficiência de práticas avaliativas aplicada com estudantes autista, causando diversos prejuízos. A metodologia usada foi leituras de artigos eletrônicos, legislação, livro, sites e outros trabalhos sobre o tema. Assim, o presente trabalho tem o propósito de analisar métodos mais adequados para avaliar o estudante diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e apresentando como considerações finais a avaliação processual como a mais indicada aos autistas.

Palavras-chave: Avaliação para Estudantes com TEA. Autismo. Preconceito. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o propósito analisar métodos avaliativos que sejam mais adequados para alunos diagnosticados com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Avaliar alunos autista requer do educador um olhar mais profundo, pois nem todos métodos avaliativos vão ter eficácia, isso não quer dizer que eles não tenham capacidade de aprender, pelo contrário eles têm um potencial enorme de aprendizado, basta usar métodos adequados para seu desenvolvimento.

O que motivou a escolha desse tema foi a ineficiência de práticas avaliativas aplicada com estudantes autista, causando diversos prejuízos ao seu desenvolvimento, tendo em vista que

Eixo Temático 3: Avaliação educacional e da aprendizagem.



cada um deles possui suas necessidades e limitações próprias, precisando de um atendimento especializado e exclusivo.

Serão abordados ainda nesta pesquisa a importância e a conscientização sobre o que é o autismo, e os direitos e garantias fundamentais, apresentando os princípios básicos, como o direito à igualdade e à educação para melhor fundamentação na aplicação dos métodos avaliativos para crianças diagnosticadas com Transtorno de Espectro Autismo (TEA).

Para a elaboração deste trabalho, foram realizadas literaturas, a fim de conhecer a atualidade do tema e fundamentar teoricamente os pontos e conclusões aqui abordados. A pesquisa tem caráter bibliográfico, pois foram feitas pesquisas acerca do tema, também foi feita uma pesquisa documental através da consulta de algumas leis presentes no ordenamento jurídico brasileiro, demonstrando aspectos abordados neste trabalho.

DESENVOLVIMENTO

SESSÃO 1 :O AUTISMO É UMA DOENÇA? CONCEITO E CAUSAS

O Autismo não é uma doença e sim um transtorno que afeta o desenvolvimento da linguagem e na interação social. Segundo o site Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Autista (FADA):

“O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um problema psiquiátrico que costuma ser identificado na infância, entre 1 ano e meio e 3 anos, embora os sinais iniciais às vezes apareçam já nos primeiros meses de vida. O distúrbio afeta a comunicação e capacidade de aprendizado e adaptação da criança. Que fique claro: os autistas apresentam o desenvolvimento físico normal. Mas eles têm grande dificuldade para firmar relações sociais ou afetivas e dão mostras de viver em um mundo isolado. O autismo não possui causas totalmente conhecidas, porém há evidências de que haja predisposição genética para ele.”

O indivíduo diagnosticado com TEA tem suas habilidades de comunicação e interação social comprometidas, além de ter um apego exagerado à rotina. Além disso, outra característica

Eixo Temático 3: Avaliação educacional e da aprendizagem.



são os padrões de comportamento restritos e repetitivos, como movimento contínuo, interesse fixo e baixa ou alta sensibilidade a estímulos sensoriais. É de fundamental importância a conscientização sobre o que é o autismo, para minimizar o preconceito em volta desse diagnóstico. Pois só o acesso à informação poderá ajudar famílias, pais e professores de crianças com Autismo a conhecer melhor as características do transtorno e como lidar com ele.

Vale ressaltar que, pessoas com o mesmo diagnóstico pode apresentar comportamentos distintos, porém existem três comprometimentos que são mais comuns, entre as pessoas diagnosticadas com autismo, conforme CUNHA (2015): “1- comprometimentos na comunicação; 2- dificuldades na interação social; 3- atividades restritas e repetitivas (uma forma rígida de pensar e estereotípias)”. É necessário se salientar que a denominação “Espectro Autista” se dá justamente pelo fato de existir amplos e inúmeros níveis de comprometimento.

As causas que levam uma pessoa a nascer com TEA, até então não foram confirmadas. Pois ainda é duvidosa para a ciência, porém Giovane Rocha nos traz que “especulações sobre as origens do autismo passam por maus hábitos durante a gestação, como uso de remédios antidepressivos, álcool e outras drogas, até riscos causados por fatores ambientais, como a poluição” (ROCHA, 2016).

Embora ainda desconhecidas por muitos, as causas do autismo mais relevantes aos pesquisadores é a influência genética. Afinal, “hoje, a maior aposta das pesquisas se encontra na genética, cuja explicação consiste em que ocorram em mutações em genes relacionados ao neurodesenvolvimento do córtex cerebral humano no período gestacional” (ROCHA, 2016)

Compreender o autismo requer aprendizado contínuo e revisão constante de nossas crenças, valores e conhecimentos sobre o mundo, especialmente sobre nós mesmos (CAVACO, 2014, p.45). Portanto, para se ter uma compreensão mais profunda e reflexiva do autismo, é necessário realizar pesquisas contínuas, considerando a intensidade literária do assunto e a importância de buscar novos métodos de aprendizagem, bem como a capacidade de compreender o autismo. Sempre há algo novo para aprender.

SESSÃO 2: DIREITOS E GARANTIAS

Eixo Temático 3: Avaliação educacional e da aprendizagem.



Segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88): “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Porém, na prática nem todos são tratados com igualdade, em especial crianças com alguma deficiência ou transtorno. Crianças com necessidades especiais– inclusive os autistas, por muito tempo frequentou escolas segregadas de ensino especializado, segundo (CUNHA, 2015)“pois se acreditava que elas não conseguiriam avançar no processo educacional”. Porém na segunda metade do século XX, em prol do respeito à diversidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96

ênfaticamente valorizou a educação inclusiva, afirmando que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, manifestando o propósito de incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, sempre que possível, nas classes comuns do ensino regular. (CUNHA, 2015, p. 37)

A inclusão dos alunos com TEA é de extrema importância, e é garantido por lei, pois além da Constituição Federal garantir, há também a Lei 13.146/15, que assegura e promove em condições de igualdade os direitos do indivíduo com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. Além disso, no artigo 27 da Lei 13.146/15 ressalta que, não só o Estado como também a família e a sociedade possuem o dever de garantir a inclusão educacional em todos os níveis de aprendizado da pessoa com deficiência – e isso inclui os diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

O aluno da educação especial precisa dispor de uma série de condições educativas em um ambiente expressamente preparado com metodologia, literatura e materiais. Consequentemente, há na prática docente dificuldades para a elaboração de atividades diante das necessidades desses educandos. (CUNHA, 2015, p. 48)

Assim, a inclusão de crianças autistas na escola, requer um suporte e acompanhamento mais significativos, pelo fato delas perderem a atenção facilmente e principalmente pela dificuldade em interpretar e imaginar, é interessante que o estudante autista tenha um acompanhante/mediador para lhe auxiliar nas atividades escolares, e até mesmo em seu desenvolvimento pessoal, como incentivo à interação com os colegas.

Faz-se necessário nas escolas a presença de mediadores para as crianças com alguma deficiência, aqui em especial as autista, já que o professor tem a responsabilidade de dar conta de uma turma inteira, sendo impossível sua dedicação em especial a um único aluno. O acompanhante

Eixo Temático 3: Avaliação educacional e da aprendizagem.

ou mediador tem o papel de auxiliar o aluno autista em seu aprendizado, trabalhando com o lúdico sempre que necessário no intuito de facilitar a absorção do assunto estudado pela criança. Além disso, sempre que possível, deve-se trabalhar a interação social, a postura de isolamento, o apego à rotina, tentando assim, amenizar a irritabilidade e agressões geralmente ocasionadas pela possível alteração da rotina.

SESSÃO 3: MÉTODOS AVALIATIVOS

A prova ainda é um dos instrumentos avaliativos mais usados para analisar a evolução de um aluno e aprová-lo de um ano para outro, independente se o aluno tem TEA ou não. A prova é um instrumento avaliativo muito desafiador no sistema educacional presente, pois ela não define o conhecimento dos alunos e sofre influência do bem-estar e do humor do estudante no dia da realização da avaliação, essa interfere os alunos que não tem nem um tipo de necessidade especial, imagina para alunos autista que tem oscilação de comportamento, basta que ocorra uma simples alteração em sua rotina para deixá-los agressivo, impacientes e irritados.

Segundo Jussara Hoffmann, “aplicar vários testes ao longo de um bimestre, mas corrigir todos eles ao final, por exemplo, são um procedimento classificatório” (HOFFMANN, 2011). Por isso, a prova não é um instrumento ideal para avaliar o aluno, pois ao final ela estabelece uma nota para indicar o desempenho do estudante não é o mais adequado para mensurar seu conhecimento e aprendizado, mas sim um método aceito e, talvez, adequado para concursos classificatórios, como o vestibular, por exemplo. Por outro lado, é correto que se faça uma atividade (no caso dos autistas, utilizando questões e textos adaptados), sem que seja atribuída uma nota ao final, pois o exercício é uma boa forma de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos.

Aos professores que ainda utilizam a prova como um método avaliativo o ideal é que essa prova seja modificada antes de se aplicar nos alunos autistas, pois essas crianças interpretam fielmente aquilo que se diz ou escreve, por esse motivo deve-se ter muito cuidado nas metáforas e tudo que exija imaginação fértil.

A avaliação processual vem sendo a forma mais adequada para qualificar um estudante, ela se dá através de conceitos comportamentais e observação do aprendizado que ocorrem no dia-a-dia do aluno, além disso, ajuda a identificar se o estudante está realmente conseguindo aprender a partir do processo metodológico praticado. São os conhecimentos de Jussara Hoffmann:



Em termos de práticas avaliativas, pretendo dizer que tudo o que se baseia no coletivo, na turma inteira, do que só vale, “se vale para todos”, deixa muitos alunos no anonimato: os objetivos que a maioria alcança, a tarefa que a maioria faz, o interesse que grande parte demonstra, o livro que quase todos leram. Ao contrário, o caminho da aprendizagem deveria ser sempre considerado único, singular, como a vida de cada um. É preciso fazer o exercício de “aprender a olhar” aluno por aluno, conhecendo seu espaço de vida, suas iniciativas, seu fazer de novo, seus afetos e desafetos, dissonâncias, o inusitado tantas vezes. (HOFFMANN, 2011, p.15)

Desse modo, a avaliação processual é o modelo de avaliação mais adequado, inclusive para as crianças com necessidades especiais, no entanto, deve-se haver a elaboração de um parecer descritivo de cada aluno individualmente. Ao fim de cada unidade, o docente deverá relatar as dificuldades e avanços da criança, abrangendo todos os campos do saber de forma clara e específica. Porém, ao avaliar o aluno autista, deve-se aderir às opiniões e conselhos do seu acompanhante. Enfim, é ele quem observa efetivamente as atitudes, dificuldades, facilidades e toda a evolução comportamental do aluno no cotidiano.

Para as crianças diagnosticadas com TEA, a avaliação pode, ainda, ser feita de forma dinâmica, lúdica, pois, através de brinquedos e brincadeiras, torna-se possível avaliar seu aprendizado acerca do assunto estudado no decorrer da unidade. A avaliação pode ser feita de forma dinâmica e lúdica para crianças diagnosticadas com TEA. Pois, através de brinquedos e brincadeiras, é possível avaliar seu aprendizado acerca dos assuntos estudados no decorrer da unidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A realização da pesquisa bibliográfica que fundamentou esse resumo teve como objetivos a desmistificação de preconceito em torno do autismo, a equidade de Direitos e Garantia no ensino, em especial, crianças com transtorno de espectro autista e a flexibilidade de avaliações inclusivas para alunos com TEA na educação infantil.

A partir das pesquisas realizadas, foi possível identificar que na prática as leis que garantem o direito ao ensino especializado e a inclusão de crianças diagnosticadas com autismo ou outra deficiência nas escolas, não são exercidas corretamente, deixando diversas lacunas na formação desses indivíduos.



Os métodos avaliativos classificatórios são um empecilho que dificulta o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, no entanto ainda há muitos docentes que persistem em usar esse método, usando a nota para indicar o desempenho/conhecimento dos estudantes. O método de avaliação classificatório pode representar exclusão ao invés de inclusão, conforme Jussara Hoffmann:

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas. (HOLFFMANN, 2011, p. 34)

Outrossim, atualmente, a avaliação processual vem sendo a forma mais aceita e adequada para qualificar um estudante, seja ele especial ou não. Além de ser a mais adequada ela promove a inclusão, pois não define o conhecimento por uma nota, e sim através de conceitos comportamentais e observação do aprendizado que ocorrem no dia-a-dia do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As causas que levam um indivíduo a nascer com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) até então são desconhecidas, mas provavelmente estão associadas a fatores genéticos e ambientais. Uma pessoa autista apresenta três características básicas: o comprometimento na comunicação, as dificuldades na interação social e a realização de atividades restritas e repetitivas.

A legislação brasileira garante a igualdade dos indivíduos e a inclusão daqueles com necessidades especiais, enfatizando que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar tais direitos. Assim, faz-se necessário que as instituições de ensino ofereçam suporte adequado para os alunos com deficiência. O acompanhante/mediador tem um papel muito importante no meio escolar, pois sua função é dedicar atenção exclusiva àqueles que mais precisam de suporte, que é o caso dos estudantes autistas, pois se desconcentram com facilidade e possuem dificuldade de interpretação textual.

Foi possível concluir que o melhor método avaliativo para utilizar com os alunos diagnosticados com Transtorno de Espectro Autista é a avaliação processual. Avaliar com caráter de promover não de classificar é uma boa opção, não só para os autistas como também para todos os



estudantes. A avaliação processual é a mais adequada para se utilizar com os alunos, seja ele autista ou não.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 de Abril de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 13 de maio de 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 abril. 2021.

CAVACO, N. Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CUNHA, Eugênio. Autismo e Inclusão. 1 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2013.

CUNHA, Eugênio. Autismo na Escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar. 3 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015

Disponível em: <<http://www.fada.org.br/autismo.html>>. acesso em: 28 de Abril de 2021.

HOFFMANN, Jussara. O Jogo do Contrário em Avaliação. 7 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover. 14 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

ROCHA, Giovane. Qual é a causa? Revista Ler & Saber Autismo, ano 2, n. 2, p. 8- 9, 2016